

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.693.684 - SP (2017/0190432-2)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : LUIZ FUMIO MATSUMOTO  
**RECORRENTE** : NORMA AKEMI OTANI MATSUMOTO  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO - SP183397  
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412  
**RECORRIDO** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE ROMERO DA MOTA E OUTRO(S) - SP158697  
**AGRAVANTE** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE ROMERO DA MOTA E OUTRO(S) - SP158697  
GERSON GARCIA CERVANTES - SP146169  
ISABELLE RIBEIRO GASPAR - SP336087  
**AGRAVADO** : LUIZ FUMIO MATSUMOTO  
**AGRAVADO** : NORMA AKEMI OTANI MATSUMOTO  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO - SP183397  
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412  
**INTERES.** : BANCO NOSSA CAIXA S/A

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DO FEITO. RECONSIDERAÇÃO PARA QUE SE PROSSIGA NA ANÁLISE DO APELO NOBRE. SUPOSTA EXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONSONÂNCIA DA TESE APLICADA NA ORIGEM COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUANTO AOS JUROS DE MORA EM DESACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por LUIZ FUMIO MATSUMOTO e NORMA AKEMI OTANI MATSUMOTO com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (e-STJ fls. 502-513).

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (e-STJ fl. 529-533)

Em suas razões, apontaram os recorrentes, além de divergência

jurisprudencial, violação aos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil de 2002; arts. 962, 955, 956, 960, 1.266 e 1.262 do Código Civil de 1916; arts 139, 148, 666, I, 919, 267, § 3º, 505, 512 e 535 do Código de Processo Civil de 1973 e 1.022.

Afirmaram, em suma, que, no caso dos autos, os juros moratórios sobre os valores de depósito judicial restituídos a menor pelo banco recorrido devem incidir desde o evento danoso, ou seja, desde a restituição a menor, que houve equívoco no que tange aos juros remuneratórios e que o acórdão recorrido teria sido obscuro e contraditório.

Contrarrazões ao recurso especial nas fls. 667-680 (e-STJ).

Por meio da decisão de fls. e-STJ 782-784, foi determinada a devolução dos autos à origem a fim de que o recurso especial permanecesse suspenso pelo prazo de 24 meses, a contar de 5.2.2018, para eventual adesão das partes ao acordo homologado pelo STF.

Dessa última decisão, foram opostos embargos de declaração pelas partes ora recorrentes onde solicitam a retomada do regular trâmite processual (e-STJ fls. 787-791).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, tendo em vista a **reconsideração** da decisão do e. Ministro Gilmar Mendes, que determinara *"a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão dos interessados"* (DJe de 12/04/2019), e as razões expendidas no recurso de fls. e-STJ 787-791, deve ser dado prosseguimento à análise da pretensão recursal.

Ato contínuo, verifica-se que, quanto à violação do artigo 1.022 do CPC/2015 (art. 535 do CPC/73), constata-se terem os recorrentes registrado inconformismo com a conclusão alcançada no acórdão vergastado sem que, contudo, tenham logrado êxito em apontar qualquer omissão, obscuridade ou contradição que pudesse configurar violação ao apontado dispositivo legal.

Com efeito, a alegação de afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 **sem a adequada indicação da questão federal controvertida**, impede o conhecimento do recurso especial ante a deficiência na fundamentação, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF, por analogia.

Nesse mesmo sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. VALOR DO CONTRATO. RADIOGRAFIA. DOCUMENTO UNILATERAL. LIMITE DOS RENDIMENTOS. TRÂNSITO EM JULGADO. TRANSFORMAÇÕES ACIONÁRIAS. INCLUSÃO DEVIDA. ART. 535, II, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. SÚMULA 284 DO STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO RECURSO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. MATÉRIAS QUE DEMANDAM REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535, II, do antigo CPC/1973, pois as alegações que a fundamentaram são genéricas, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado. Incide, no caso, por analogia, a Súmula 284/STF.*

*2. No caso, verifica-se a falta de impugnação objetiva e direta ao fundamento central do acórdão recorrido nesse ponto, o que denota a deficiência da fundamentação recursal que se apegou a considerações secundárias e que de fato não constituíram objeto de decisão pelo Tribunal de origem, a fazer incidir, no particular, as Súmulas 283 e 284 do STF.*

*3. A decisão que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença amparou-se nos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7-STJ) e impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AgInt no AREsp 932.983/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 24/02/2017)*

No que tange aos juros remuneratórios, não prosperam as alegações

recursais uma vez que a tese aplicada na origem guarda consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, uma vez que os juros remuneratórios são devidos até a data de encerramento da conta poupança.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73)  
- IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA -  
EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE  
POUPANÇA - TERMO FINAL DOS JUROS  
REMUNERATÓRIOS NA DATA DO ENCERRAMENTO DA  
CONTA POUPANÇA - ENTENDIMENTO FIRMADO PELA 2ª  
SEÇÃO DO STJ. INSURGÊNCIA DO AUTOR.**

**1. Os juros remuneratórios são devidos até a data de encerramento da conta poupança. Precedentes.**

**2. Agravo regimental desprovido.**

**(AgRg no AREsp 658.885/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017)**

Quanto aos juros de mora, contudo, tem-se que o colendo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu que deveriam incidir a partir da citação (e-STJ fl. 511).

Esse posicionamento está dissonante da orientação acolhida por esta Corte que firmou-se no sentido de que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, por não possuírem natureza contratual, fazendo incidir a Súmula 54/STJ. Nesse sentido, os seguintes precedentes:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
DEPÓSITO JUDICIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.  
ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO  
INICIAL. EVENTO DANOSO. SÚMULA Nº 54/STJ.**

**1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).**

**2. Os juros de mora incidem a partir do evento danoso em casos de cobrança das diferenças de valores depositados em conta judicial referentes aos expurgos inflacionários. Súmula nº 54/STJ.**

**Precedentes.**

**3. Configura ilícito extracontratual a hipótese em que o banco depositário mantém em seu poder o capital pertencente a terceiros, obtendo lucro em detrimento da perda sofrida pelos depositantes.**

*Precedentes.*

*4. Agravo interno não provido."*

*(AgInt no AREsp 313.706/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018)*

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - DEPÓSITO JUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA AUTORA PARA DETERMINAR A INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DEVOLUÇÃO A MENOR DO VALOR DEPOSITADO - INSURGÊNCIA DO RÉU. 1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que, nos casos de ações nas quais se busca receber as diferenças de valores depositados em conta judicial, os juros de mora devem incidir a partir do evento danoso. O banco depositário ao proceder à restituição a menor do valor depositado, obteve lucro em detrimento da perda sofrida pela empresa recorrida, restando caracterizada a prática de ilícito extracontratual, motivo pelo qual, os juros de mora devem incidir a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ. Precedentes.*

*2. Agravo interno desprovido."*

*(AgInt no AREsp 295.774/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 18/04/2017)*

*"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DIFERENÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. DEPÓSITO JUDICIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. INCIDÊNCIA DOS JUROS DESDE O EVENTO DANOSO.*

*1. A hipótese dos autos trata da incidência dos expurgos inflacionários em depósito judicial, não guardando qualquer semelhança com a matéria discutida nos processos em trâmite no STF (RE 591.797/SP e 626.307/SP, relator o Min. Dias Toffoli; e do AI 754.745/SP, relator o Min. Gilmar Mendes), ou seja, expurgos inflacionários em caderneta de poupança.*

*2. A relação jurídica instituída pelo depósito judicial é de 'um ato administrativo de nomeação para o exercício eventual de uma função pública' (COSTA E SILVA, Antonio Carlos. Tratado do Processo de Execução, 2ª ed., vol. II, Aide Editora, RJ, 1986, p. 875). (3ª Turma, de minha relatoria, DJ de 06/09/2004). Não há relação contratual de caráter privado.*

*3. O banco depositário, ao manter em seu poder o capital pertencente aos recorridos, obteve lucro em detrimento da*

*perda sofrida por esses, o que configura prática de ilícito extracontratual, razão pela qual, nos termos da Súmula 54/STJ, os juros moratórios incidem a partir do evento danoso, ou seja, a data da injusta recusa em restituir integralmente o valor depositado.*

*4. Recurso especial desprovido."*

*(REsp 1134450/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2013, DJe 27/05/2013)*

**Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial a fim de que os juros moratórios incidam a partir da data do levantamento a menor do depósito judicial (evento danoso).**

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator